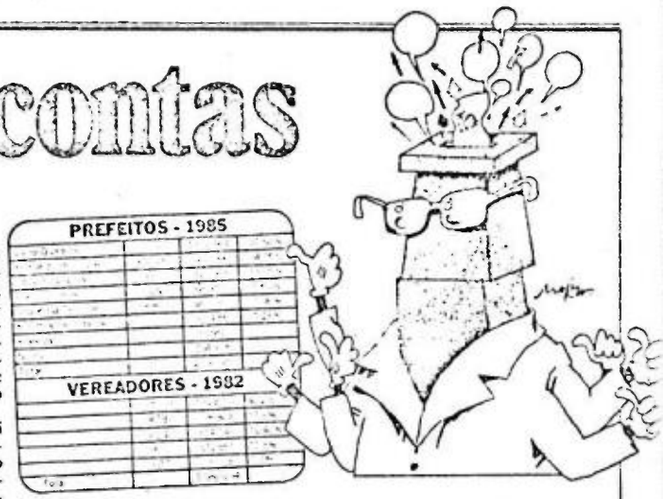
"BRASIL EXTRA" (Editora Joruês) Nº 2 DEZEMBRO DE 1985

Fazendo as contas

Os partidos somam os bilhões gastos na campanha de São Paulo



Enquanto os paulistanos mais conscientes ainda contabilizam o desgaste de viver sob o signo de Jânio Quadros pelos próximos quatro anos, os três partidos principais que concorreram à Prefeitura paulistana — PTB-PFL, PMDB e PT — calculam os gastos de suas campanhas, que oficialmente atingiram a quantia de Cr$ 14,5 bilhões.

"acreditam" ter usado menos dinheiro do que o previsto. Em documento enviado ao Tribunal Regional Eleitoral, antes das eleições, o PMDB planejava gastar no máximo Cr$ 10 bilhões. De acordo com o partido, a despesa final atingiu aproximadamente 80% desse orçamento. Já a vitoriosa coligação PTB-PFL, que "acreditava" gastar ao redor de Cr$ 4 bilhões, afirma agora não ter dispendido uma quantia superior a Cr$ 2 bilhões. Essa coligação resolveu aumentar sua primeira "previsão" (de 500 milhões) para os Cr$ 4 bilhões quando soube que o PMDB havia declarado ao Tribunal Eleitoral que o dinheiro necessário para sua campanha poderia atingir a soma de Cr$ 10 bilhões.

O PT, entre esses três partidos, foi o que menos gastou. Mesmo assim, teve seu orçamento "estourado". Previa atingir Cr$ 500 milhões mas, segundo Marcos Sokol, tesoureiro da comissão eleitoral petista, acabou alcançando a cifra de Cr$ 800 milhões.

De onde os partidos tiraram tanto dinheiro? O PT promoveu festas, bailes e vendeu tudo que podia. Recebeu ajuda de seus parlamentares e de seus militantes através de conta bancária. Geraldo Siqueira, deputado estadual e líder da bancada do PT, foi um dos grandes contribuintes: só ele doou Cr$ 50 milhões de cruzeiros à campanha.

PMDB e PTB-PFL conseguiram verbas para suas campanhas utilizando-se de "livros de ouro", festas e, principalmente, doações. O PMDB garante que em sua conta bancária foram depositados Cr$ 5 bilhões, aproximadamente. No entanto, os depósitos feitos ao PMDB via Banespa foram considerados irregulares. O papel-recibo do banco utilizava os símbolos de campanha e o próprio nome de Fernando Henrique Cardoso. O Tribunal Eleitoral, pressionado pelos outros partidos a cumprir a legislação, acabou proibindo esse forma de propaganda, um mês antes das eleições.

Rui Mateus Borges, contador do PTB, explicou a origem das doações ao seu partido citando dados muito vagos. Para ele é impossível contabilizar com precisão todas as despesas, já que houve casos de parlamentares que fizeram propaganda à parte. O deputado estadual Fernando Silveira, por exemplo, colocou uma Kombi na calçada do viaduto do Chá com sua propaganda em apoio a Jânio Quadros, certamente contrastas as próximas eleições de 1986. Esse tipo de contribuição, apesar de ser ilegal, não deixou de existir.

As contribuições aos partidos eram geralmente feitas em dinheiro. No entanto, uma nota recentemente publicada no jornal "Tribuna da Imprensa", dizia que Delfim Neto havia recomendado que as contribuições para a campanha de Jânio fossem feitas em materiais — cartazes, panfletos etc. O ex-ministro, aparentemente, temia que seu candidato viesse a gastar o dinheiro em benefício próprio.

A legislação eleitoral nem sempre foi cumprida. Poucos sabem que as propagandas em outdoors são ilegais. Tanto é que foram proibidas no Rio de Janeiro. Em São Paulo, essa forma de propaganda foi largamente utilizada e representou um altíssimo custo aos três partidos. Para se ter uma idéia, o preço do aluguel de um outdoor varia de Cr$ 50 a 70 mil por dia. As produções dos programas de rádio e televisão também representaram um gasto bastante significativo para os partidos, com excessão do programa de rádio do PT, produzido gratuitamente por militantes e alunos do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Os partidos afirmam que o trabalho de boca de urna foi voluntário e gratuito. Porém, descobriu-se casos de "boqueiros" que receberam um pagamento — em torno de Cr$ 50 a 150 mil — pelo serviço. O PMDB e a coligação PTB-PFL explicam que, nesses casos, o dinheiro não vinha do partido, mas sim do bolso de seus parlamentares e simpatizantes...

Humberto de Alencar
e Lina Albuquerque

Uma história que começou com as diretas

O ENTRA E SAI

Antes do dia 15 de novembro houve uma grande movimentação entre os vereadores do PT no estado de São Paulo. Nove deles deixavam o partido enquanto, na contramão, outros sete entravam, culminando um processo cujo primeiro sinal é um documento produzido em fins de 84, às vésperas da reunião do Colegio Eleitoral.

Assinado por 23 militantes de São Paulo — entre eles o deputado federal Airton Soares e os estaduais Marcos Aurélio e Paulo Frateschi, os professores Francisco Oliveira, Perceval Mariçato e Luiz Roncari — e intitulado "O Partido dos Trabalhadores, as Diretas e a Transição", ele já indicava que um expressivo número de petistas estava prestes a desgarrar-se ou a adotar publicamente posições divergentes.

De acordo com o documento, aquela altura dos acontecimentos, "continuar afirmando que a realização das diretas depende das oposições implica em ignorar que o regime ainda detem capacidade de manobrar para se opor a elas e que ponderáveis setores da oposição já desertaram dessa luta." Em resumo, "diante de uma opção que, por não ser satisfatória, não é menos real: Tancredo ou Maluf", recomendava-se ao PT comparecer ao Colegio Eleitoral e a votar em Tancredo, "ficando claro que isso não se confunde com qualquer apoio a chamada Aliança Democrática, nem ao programa de governo que se esboça no interior dessa frente conservadora".

Efetivamente, Airton, e os também deputados federais Bete Mendes e José Eudes, do Rio de Janeiro, votaram em Tancredo, e em função disso foram destituídos do partido, no dia 15 de janeiro deste ano. Meses antes, em outubro de 1984, o deputado estadual Sérgio Santos fora desligado pelo Diretório Regional de São Paulo (a medida, esclarecem dirigentes do PT, teve caráter meramente formal, pois fazia tempo que Santos estava afastado da vida partidária). A campanha eleitoral para as prefeituras somente acentuou o processo de definição de parlamentares e militantes que se sentiam pouco à vontade dentro do PT. No primeiro semestre de 1985 sairiam os dois deputados estaduais por São Paulo: Paulo Frateschi e Marco Aurélio. E foi especialmente a refrega paulistana que consolidou a "crise" embrionária desde o ano passado. Petistas de prestígio, fundadores da sigla, alertavam para o retrocesso encarnado por Jânio Quadros e afirmavam que a política "sectária" do partido o enterraria nas urnas.

Vice-liderança

Um mês após as eleições, alguns dos signatários daquele documento premonitório estão filiados ao PMDB, outros mantêm sua postura crítica mas permanecem petistas, e pelo menos um, Paulo Frateschi, retornou ao partido após uma curta estada no PSB.

A deputada Bete Mendes, que somente ingressou no PMDB a 14 de outubro deste ano, explica-se, quando perguntada sobre a atual tendência conservadora desse partido, a responder de maneira clara. Sua preocupação principal, explica, é com os projetos em tramitação na Câmara e de interesse popular. Afirma que, durante os 10 meses em que se manteve independente, nunca foi procurada por ninguém da direção do PT, mas não invabiliza futuros entendimentos.

Perceval Mariçato, ainda petista, atribui a derrota do PMDB em São Paulo à "incompetência e arrogância de quem fez a campanha". Sobre o PT, opina que "no resto do país o crescimento não foi tão significativo como dizem por aí, porque o PT só conseguiu uma prefeitura, das mais de 200 disputadas". Segundo ele, "o partido mais cresceu onde os candidatos foram menos sectários, menos enfezadinhos", referindo-se a Goiânia, Vitória e outras capitais.

Já o professor Carlos Baldijão, da USP, militante de certo renome que propôs "a formação de uma frente progressista em torno d. Fernando Henrique", nota que d. ois do dia 15 de novembro, principalmente após declarações feitas por lideranças do PMDB, "ficou claro que este partido está indo realmente para a direita". Para ele, a perspectiva de uma frente progressista, na luta por diretas para Presidente, Reforma Agrária, Constituinte etc., persiste a muito e leve prazo, incluindo, além do PT, a ala esquerda do PMDB e os dois PCs (PCB e PC do B), tudo isso com base em um programa. "Se os outros não vierem, paciência. O importante é abrir essa possibilidade", sustenta Baldijão.

Ao contrário de Mariçato, ele considera excelente o desempenho nacional do PT nas últimas eleições, com média de votação acima dos 10%. "O importante agora é o partido crescer internamente na mesma proporção".

Quanto ao deputado Paulo Frateschi, que deixou o partido em julho, ele encontrou muitos problemas no PSB de Rogê Ferreira, a começar pela sua disposição de continuar engajado na campanha de Suplicy, e frustrou-se por não encontrar "uma realidade organização em torno da luta pelo socialismo". Acabou retornando ao PT, em outubro.

Marcos Soares
e Lina Albuquerque

+ CÓPIA REDUZIDA